



Consolidação e Crescimento

RELATÓRIO E CONTAS 2018

RELATÓRIO E CONTAS 2019

Publicação da responsabilidade da Direção da Transparência e Integridade, Associação Cívica

Lisboa, maio de 2019

Foto de Capa: Kyaw Tun/ Unsplash

Mensagem da Direção

Consolidação e crescimento

Diz o ditado que uma viagem de mil quilómetros começa com um pequeno passo. A apresentação de um relatório de atividades é sempre uma oportunidade para olhar para trás, rever e avaliar os passos dados.

O ano de 2018 foi de consolidação e crescimento. Com uma estrutura de pessoal ainda mínima, a Transparência e Integridade tem hoje em curso um conjunto relevante de projetos financiados por doadores internacionais; e um papel de liderança nesses projetos e na preparação e submissão de candidaturas a novas iniciativas, em parceria com os nossos colegas da rede Transparency International noutros países, ou com ativistas anticorrupção nos países de língua portuguesa.

Essa liderança, reconhecida pelos nossos colegas da Transparency International, é mérito da equipa de três funcionários da casa, contratados como gestores de projetos e de comunicação mas que são muito mais do que isso – verdadeiros ativistas profissionais, dedicados à missão comum que todos os membros da Transparência e Integridade abraçam, em nome de sociedades íntegras, livres da mancha da corrupção. A eles, a Direção rende um agradecimento especial, pela dedicação, empenho e entusiasmo.

Este trabalho de consolidação, no entanto, não está isento de falhas e de frustrações. O combate à corrupção depende da participação de todos e o envolvimento dos nossos associados continua a precisar de ser desenvolvido. Em 2018, a contratação e implementação de um sistema de gestão interna, abrangendo finanças, gestão de projetos, de associados e de voluntários, arrastou-se muito para lá do que gostaríamos, por causa das dificuldades no desenvolvimento, teste e implementação da solução informática contratada.

Fizemos um investimento na comunicação, não só para os nossos associados, mas diretamente para a opinião pública, que terá de ser continuado. O Festival Transparente, um projeto pesado e ambicioso levado a cabo quase sem recursos a não ser a criatividade, imaginação e enorme capacidade de trabalho da equipa e da Direção, liderada pelo nosso vogal Vasco Veloso, é um exemplo do que é possível quando há força e vontade. É um trilho que queremos continuar porque todos fazemos falta na promoção das nossas causas. Mas também porque, sem esse esforço, continuaremos no futuro demasiado dependentes (como somos hoje) dos ciclos de projetos em curso. Olhando para as contas fica claro que, apesar de estar a ganhar dimensão, a Transparência e Integridade continua dependente de programas temáticos contratualizados com doadores internacionais, com prazos fixos e limitados, que nos têm dado um grande impulso, mas também alguma instabilidade.

Há que continuar a trilhar um caminho de envolvimento e mobilização. Mobilização de cidadãos, de vontades e, sim, de recursos. Em 2018 fizemos experiências interessantes que merecem continuidade, nomeadamente o recebimento de

verbas (de pouca dimensão, é certo) resultantes de condenações judiciais ou de mecanismos legais de suspensão provisória de processos. Temos de continuar a explorar formas, transparentes e consistentes com o nosso exigente regime de financiamento, de financiar a nossa atividade. Porque num combate desigual como é o combate contra a corrupção, a capacitação e a força da cidadania precisam de meios para se organizar e fazer ouvir.

O caminho faz-se caminhando, diz outro ditado. O ano de 2018 foi um bom ano para a Transparência e Integridade e foi um ano de passos sólidos no combate da sociedade civil contra a corrupção. Partimos ainda com mais determinação e entusiasmo para os anos que aí vêm.

A Direção

Atividades desenvolvidas

RELATÓRIO E CONTAS 2018

Capacitação organizacional em 2018 (GROW)

No contexto ONG, quer a mitigação de riscos, quer o alavancar de oportunidades, são fatores críticos. O quotidiano da TI-PT é, portanto, pautado pela constante avaliação e monitorização de riscos, nomeadamente os decorrentes de deficiências na gestão operacional e, obviamente, os riscos decorrentes da falta de recursos, destacando-se os financeiros.

A missão da associação não se concretiza sem disponibilidade de fundos, e muito embora o esforço de *fundraising* se faça numa base regular, a verdade é que, para nós, estando fora do universo IPSS e dos contratos-programa, as fontes de financiamento são muito escassas. São sobretudo muito escassas aquelas descoladas da lógica de projeto, isto é, as fontes de financiamento passível de ser usado para desenvolvimento de atividades de capacitação institucional, fora do plano de trabalhos de projetos específicos.

Nessa medida adquiriu uma importância fulcral a implementação do sistema de gestão ERP/CRM Odoó para automatização dos inúmeros procedimentos do “dia a dia”, melhoria dos sistemas de gestão, adoção de rotinas de *fundraising* mais profissionais, reforço da relação com os associados, e agilidade dos processos de tomada de decisão.

Como previsto, o arranque da iniciativa ocorreu ainda durante o primeiro trimestre de 2018, esperando-se que pudesse estar concluída antes do Verão. Contudo, o processo de desenvolvimento veio a revelar-se extraordinariamente complexo e moroso, em razão da necessidade de contínuo ajustamento da solução desenvolvida pela ThinkOpen Solutions ao contexto próprio e necessidades específicas da TI-PT, por forma a garantir a sua perfeita operacionalidade e uso.

Tendo presente que o Odoó é um software criado para facilitar o fluxo de informação entre as principais funções da organização – finanças, contabilidade, gestão de projetos, RH – foi em primeiro lugar necessário dotar a empresa fornecedora do serviço de um conhecimento mais aprofundado sobre a natureza distinta de muitas das nossas operações relativamente àquelas que são comuns no setor lucrativo.

Contrariando as expectativas, o nível de exigência de um quotidiano marcado pela gestão de projetos financiados por doadores internacionais e um modelo de governança que elenca, como vetores-chave da gestão, a transparência, a *compliance* e a *accountability*, demandou que a customização se fizesse em simultâneo com a aprendizagem das funções-core da TI-PT, facto que acabou por condicionar a derrapagem dos prazos de implementação e, por efeito, que a utilização plena do novo sistema esteja ainda francamente condicionada, nomeadamente no que se refere à abertura da Área Reservada para Associados, que muito gostaríamos pudesse ter sido anunciada até final do ano.

Como avançado, foi possível mudar de instalações durante o mês de junho, dispondo atualmente de um escritório na Baixa de Lisboa. O novo espaço é constituído por dois gabinetes de trabalho que permitem acomodar confortavelmente a equipa em funções e os membros da Direção que aí se deslocam com regularidade, e também uma sala de reuniões polivalente: com capacidade para acolher grupos pequenos de voluntários, estudantes, investigadores e peritos

interessados na causa anticorrupção.

Durante o ano continuámos também a desenvolver as restantes dimensões de intervenção GROW de modo estruturado, responsável e sustentado, mas começam a ser demasiado evidentes as limitações de recursos capazes de lhes atribuir maior escala. Além do financiamento, escasso para atividades de capacitação institucional, como se observará mais à frente neste relatório, a equipa da TI-PT continua constituída por apenas 3 colaboradores desde 2016:

- Karina Carvalho, *Diretora Executiva*
- Martim Agarez, *Assistente de Projetos*
- Tiago Guerreiro, *Técnico de Comunicação*

A estes juntam-se consultores e investigadores contratados por períodos muito restritos, e exclusivamente para a execução de tarefas particulares inscritas nos cadernos de encargos dos projetos em curso (financiados). E, também, muito mais do que seria expectável, os membros da Direção que tomaram para si o encargo de liderarem voluntariamente campanhas e iniciativas tidas por estratégicas na missão da TI-PT, ainda que sem qualquer afetação formal (ou previamente planeada) de recursos.

É por isso urgente que o capital humano da associação seja incrementado com novas possibilidades de contratação e com o envolvimento ativo dos membros, voluntários e simpatizantes da causa que advogamos. Para efeito, será tão importante diversificar e aumentar as fontes de financiamento, quanto dotar a associação de mecanismos de gestão e de organização internos capazes de mobilizar e coordenar todos quantos, cada vez mais felizmente, acompanham e valorizam o trabalho que fazemos.

Programas, Projetos e Campanhas 2018

Programa 1: Cidadania e Participação Cívica

Pretendendo alargar a nossa intervenção para lá da lógica de projetos temáticos estanques e da presença regular na comunicação social, organizámos em 2018 – depois de uma edição-piloto mais pequena, no ano anterior – a primeira edição do *FesTival Transparente*. Em torno do Dia Internacional Contra a Corrupção, a 9 de dezembro, organizámos de 3 a 9 de dezembro uma programação intensa de debates, conferências, um ciclo de cinema documental e uma festa de encerramento, em Lisboa. O Transparente foi uma oportunidade de juntarmos a arte e a cultura ao nosso ativismo, mas constituiu também uma ponte para novos parceiros institucionais: o iNOVA Media Lab da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que colaborou na organização de debates e na comunicação do evento; a Junta de Freguesia de Benfica, que deu ao festival uma casa no Palácio Baldaya; e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa – a “incubadora” da TI-PT em 2010, que contribuiu para a programação do Festival.

Programa 2: Educação e Formação

O desenvolvimento de materiais educativos e de formação sobre as temáticas da corrupção e da integridade pública não teve materialização prática, ao contrário do que ambicionámos no plano de atividades para 2018. A Transparência e Integridade manteve ao longo do ano contactos com potenciais parceiros e com voluntários, designadamente professores e membros da associação com experiência na produção e utilização de materiais pedagógicos, mas o teste e desenvolvimento de produtos específicos carece ainda de desenvolvimento.

A produção de um glossário de termos e conceitos relacionados com a corrupção teve algum desenvolvimento, com vista à sua publicação como área específica no website da TI-PT durante o ano de 2019.

Programa 3: Proteção de Denunciantes e Vítimas de Corrupção

Há muito que a TI-PT identificou a falta de proteções efetivas aos denunciantes como uma das principais fragilidades do combate à corrupção em Portugal. Em 2018, trabalhando em rede com os nossos colegas da Transparency International noutros países da União Europeia, e em particular com a representação da TI junto das instituições europeias em Bruxelas, acompanhámos os esforços para a adoção de uma Diretiva Europeia de proteção de denunciantes. Em Portugal publicámos um relatório detalhando o estado da arte da proteção de denunciantes no nosso país. A conclusão: continuam a existir poderosos incentivos ao silêncio, que só serão quebrados com legislação específica e unificadora, acompanhada de mecanismos de sanção para quem acione represálias contra os cidadãos que, de boa fé, dão o alarme em situações de corrupção ou abuso.

Por essa razão, iniciámos também em 2018 a reestruturação do nosso serviço de informação e apoio a denunciante, a Provedoria TI-PT, infelizmente ainda demasiado dependente do esforço voluntário para o atendimento de denúncias e de prestação de informação aos denunciante. Lançámos também a campanha “*Quem denuncia protege. Vamos proteger quem denuncia*”, com a qual procuramos sensibilizar o público, através do nosso site, redes sociais e produção de materiais informativos, para a importância dos denunciante nas sociedades democráticas, como agentes de alarme contra abusos de poder, violações à lei ou más condutas éticas dentro das organizações. Este trabalho continuará nos próximos anos, acompanhando a evolução da legislação europeia e lutando por um sistema legal e institucional capaz de proteger eficazmente os denunciante em Portugal.

Programa 4: Beneficiários Efetivos e Transparência Fiscal

O combate ao branqueamento de capitais e aos crimes relacionados, a par da defesa de sistemas fiscais justos e transparentes, é um pilar essencial na luta contra a grande corrupção que está no centro das nossas prioridades. Depois do trabalho feito em anos anteriores para medir as vulnerabilidades de Portugal a este tipo de crime e para acompanhar a transposição da 4ª Diretiva Europeia sobre branqueamento de capitais, mantivemos as nossas atenções centradas no problemático programa de Vistos Gold. Em 2018 lançámos uma publicação em língua inglesa detalhando os riscos e as manchas de opacidade inerentes ao esquema de venda de residência por investimento e contribuimos decisivamente para o relatório europeu “*European Getaway – Inside the Murky World of Golden Visas*”, publicado pela Transparency International e pela Global Witness.

Para marcar a publicação desse relatório, que pela primeira vez detalhou os riscos de corrupção e lavagem de dinheiro presentes nos esquemas de Vistos Gold à escala europeia, lançámos em outubro a campanha “*Not So Golden Visa*”, com a entrega a ministros, deputados e outros decisores nacionais do kit “*Not So Golden Visa*”, uma pasta com um conjunto de materiais detalhando os riscos e a falta de controlos sobre este regime em Portugal. Foi um momento mediático e de ativismo diferente e disruptivo, que sublinhou a importância do tema. Fizemos também, no âmbito da mesma campanha, um pedido de acesso a dados sobre o esquema de Vistos Gold junto do gabinete do ministro da Administração Interna – para o qual, ao arripio da lei, o ministro ainda não deu qualquer resposta. Este é naturalmente um tema que continuaremos a trabalhar, insistindo para que a informação pública sobre este esquema seja trazida ao conhecimento dos cidadãos.

Programa 5: Lóbi e Conflitos de Interesses

Há vários anos que a regulação de conflitos de interesses na política, a transparência do lóbi e a integridade pública são preocupações centrais da TI-PT. Em 2012 emitimos o primeiro *policy paper* com recomendações para uma regulação eficaz de conflitos de interesses. Em 2014 publicámos o relatório “*O Lóbi a Descoberto: o mercado de influências em*

Portugal", em que detalhámos manchas de opacidade, riscos de corrupção e fizemos recomendações para uma regulação transparente, que vede o acesso indevido dos grupos de interesses e promova amplo acesso de todos os cidadãos ao processo legislativo.

Desde então temos continuado a trabalhar nesses temas. Neste sentido, em 2018 mantivemos o acompanhamento do trabalho da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, que no Parlamento está encarregue de rever as leis sobre todas estas matérias.

Mantivemos igualmente reuniões com os vários grupos parlamentares, em que expusemos o conhecimento produzido e as nossas recomendações nestas matérias, incluindo as que há havíamos partilhado com a Comissão em 2016, quando iniciaram os seus trabalhos. Em paralelo, procurámos manter a visibilidade do tema na comunicação social, participando em debates e discussões e prestando depoimentos a jornalistas sobre as propostas na mesa da Comissão e as soluções certas para melhorar a transparência e a integridade públicas. À medida que a Assembleia da República se aproxima do fim da legislatura, em 2019, este acompanhamento próximo será mantido e reforçado.

Programa 6: Integridade e Transparência no Poder Local

Em abril publicámos os resultados do *Índice de Transparência Municipal* referentes ao ano 2017. A pontuação média dos municípios portugueses (numa escala de 0-100) passou pela segunda vez os 50 pontos, confirmando a tendência de melhoria da informação publicada pelos municípios portugueses nos seus websites desde que iniciámos a publicação deste índice, em 2013. É seguro afirmar que, graças ao ITM, os cidadãos portugueses encontram hoje mais informação de interesse público nos websites municipais do que há cinco anos. É um exemplo claro do poder que a sociedade civil pode ter para promover a abertura das instituições públicas.

Também em 2018 iniciámos um processo que já estava previsto: a revisão dos indicadores que compõem o ITM, ao cabo de um ciclo de medições de cinco anos (2013-2017).

Levámos a cabo uma ampla consulta pública para recolhermos sugestões de revisão ou alteração de indicadores, que serão depois consideradas por um grupo de peritos. Não iniciámos este processo porque houvesse falhas ou problemas metodológicos para resolver: a metodologia do ITM foi desenhada por um grupo de peritos e validada com a publicação em revistas científicas internacionais. É sólida e internacionalmente reconhecida pela academia. Reconhecemos, sim, que ao longo dos últimos cinco anos a maior parte das Câmaras Municipais se envolveu no processo de elaboração do índice, procurando melhorar os seus desempenhos e dando sugestões de novos indicadores a incluir.

Sem mudar a natureza ou a metodologia validada do nosso trabalho, pretendemos com este processo de consulta pública enriquecê-lo com os contributos de autarcas, cidadãos e investigadores, devidamente ponderados e validados por um grupo externo de peritos nas várias dimensões do poder local.

Iniciámos também um trabalho colaborativo com outros capítulos da Transparency International na Europa, que visa testar a criação de um índice de transparência das capitais europeias, também assente na pesquisa de informação de interesse público online e na capacidade de as administrações locais responderem a pedidos de acesso à informação por parte dos cidadãos. Os resultados deste primeiro projeto piloto deverão ser publicados em 2019.

Programa 7: Integridade na Contratação Pública

A 1 de Janeiro de 2018 entrou em vigor o novo Código da Contratação Pública, que pretende dar mais transparência e reforçar os controlos sobre a aplicação dos dinheiros públicos em compras de bem e serviços. A TI-PT contribuíra com sugestões e recomendações para o novo código, durante o processo de consulta pública, e integrámos a nova lei no nosso trabalho continuado sobre este tema, nomeadamente nos encontros que mantemos regularmente com as equipas da Comissão Europeia que visitam Portugal de seis em seis meses para avaliar os esforços nacionais em matéria de contratação transparente, no âmbito da avaliação do Semestre Europeu levada a cabo por Bruxelas.

Ao longo do ano desenvolvemos a campanha de comunicação “*Contratação Transparente*”, com a qual procurámos sensibilizar as instituições e os cidadãos para a necessidade de bons mecanismos de prestação de contas nos contratos públicos e para o envolvimento dos cidadãos no acompanhamento e monitorização destes processos. Central nesta campanha foi a divulgação do *Pacto de Integridade*, um mecanismo de monitorização cívica de operações de despesa pública desenvolvido pela Transparency International e que a TI-PT aplicará em Portugal pela primeira vez, no quadro de uma parceria celebrada pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

Em 2018, depois de meses de atrasos por parte do Estado na definição dos programas operacionais a financiar com fundos comunitários, demos um passo importantíssimo no avanço do *Pacto de Integridade*: nos seguimento de uma candidatura apresentada pela Direção-Geral do Património Cultural junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro foi aprovado financiamento comunitário de duas obras de conservação e revitalização do circuito de visitas do Mosteiro de Alcobaça, Património da Humanidade da UNESCO.

No final do ano demos um passo histórico neste processo, ao assinarmos com a DGPC o Pacto de Integridade que dará à TI-PT direitos e poderes de monitorização de todo o processo de contratação e realização das empreitadas que até 2020 vão mudar a face e os roteiros de visita no Mosteiro de Alcobaça.

Programa 8: Cooperação para o Desenvolvimento

Assumindo as nossas responsabilidades como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, procurámos em 2018 consolidar as redes de colaboração e trabalho conjunto com ONG e ativistas anticorrupção dos países de língua portuguesa no âmbito da RedeGOV – Rede pela Boa Governança e Desenvolvimento Sustentável na Lusofonia.

A cooperação com os países lusófonos é crucial para detetarmos e combatermos redes transnacionais de corrupção e crime organizado cujas ramificações se estendem além fronteiras – como mostrou em 2018 o processo referente ao ex-vice-presidente de Angola, Manuel Vicente, que depois de acusado de corrupção em Portugal acabou por ver as acusações separadas do processo principal e enviadas para Angola, para julgamento no seu país de origem. Esta decisão, envolta em pressões abertas por parte do Governo angolano e pressões mais subtis por parte do Governo e do Presidente portugueses, mostrou as fragilidades da Justiça na prossecução de casos de grande corrupção e a necessidade de organizar e mobilizar os ativistas dos países lusófonos. Prosseguimos esse trabalho em 2018 e nele insistiremos no futuro, através da RedeGOV e de contactos formais ou informais com investigadores e ativistas para a troca de informações e boas práticas e para o desenvolvimento de projetos comuns.

Ainda em 2018 fomos formadores na Academia do Desenvolvimento, uma iniciativa promovida pela Plataforma Portuguesa das ONGD.

Programa 9: Integridade Desportiva

Em 2018 prosseguimos o projeto que lideramos, em consórcio com sete entidades de cinco países – Portugal, Espanha, Itália, Eslovénia e Áustria. O *Anti Match-Fixing Top Training* está a desenvolver e testar modelos de treino e formação contra a manipulação de resultados desportivos em várias modalidades, nos vários países envolvidos. O objetivo é capacitar atletas, dirigentes e outros responsáveis desportivos para identificar suspeitas de manipulação de resultados e prevenir riscos.

No âmbito deste trabalho, publicámos o estudo que culmina a primeira fase do projeto, referente à recolha de perceções dos atores desportivos sobre corrupção, manipulação de resultados e as suas ligações aos mercados de apostas desportivas – áreas muito vulneráveis à infiltração por redes internacionais de crime organizado, que usam as apostas desportivas e como ferramentas para o branqueamento de dinheiro ilícito obtido através de atividades criminosas.

O projeto entrará agora na sua segunda fase, de desenvolvimento e teste dos modelos de treino aos atores desportivos em várias modalidades, e a jornalistas.

Programa 10: Integridade Corporativa

Em 2018 assumimos a ambição de estabelecer pontes com o mundo empresarial para desenvolvermos um programa específico que aborde não só o combate à corrupção nas empresas privadas, mas também mobilize o setor empresarial para a defesa de regras claras e transparentes no acesso aos mercados públicos (no âmbito do nosso programa de contratação pública) e no combate à corrupção sistémica que distorce a concorrência e entrava o desenvolvimento social e económico.

Ao longo do ano, estabelecemos contactos com vários agentes empresariais, em ações de sensibilização com empresários sobre os custos e impactos económicos da corrupção, mas também questões específicas que fazem parte da nossa agenda há vários anos, como a identificação de riscos de corrupção em negócios internacionais ou a importância de implementar mecanismos de reporte de irregularidades no âmbito das normas de proteção de denunciante em preparação na União Europeia.

Em fevereiro, participámos como oradores na *1ª Conferência Mulheres à Obra – As Vozes do Empreendedorismo no Feminino*, e em novembro, a convite da consultora Refinitiv, participámos como *keynote speaker* num evento sobre *compliance* e medição de riscos de corrupção nas empresas.

Continuaremos no futuro a explorar oportunidades de envolvimento do setor privado, acautelando sempre a rigorosa independência da associação.

Advocacia Política

Para além do cumprimento dos nossos programas de ação, a atividade da TI-PT exige a capacidade de respondermos a questões emergentes na agenda pública.

Ao longo de 2018, agimos em várias áreas, destacando-se:

[a\) Financiamento político](#)

No final de 2017, a Assembleia da República aprovou sem discussão pública uma alteração à lei de financiamento político que eliminava limites à entrada de dinheiro privado nas contas partidárias e estendia isenções fiscais aos partidos políticos. A TI-PT reagiu denunciando os retrocessos graves na lei e apelando ao Presidente da República que vetasse o diploma, o que aconteceu. Dinamizámos uma petição pública que em poucos dias recolheu perto de 3200 assinaturas, que foram entregues à Casa Civil da Presidência da República, com quem reunimos. Infelizmente, uma versão revista da lei, ainda que sem algumas das normas mais gravosas, acabou por ser aprovada pelo Presidente, agravando a transparência e controlo.

[b\) Subvenções vitalícias](#)

Na sequência da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados, a Caixa Geral de Aposentações deixou de publicar a lista atualizada de ex-políticos beneficiários de subvenções vitalícias, pagas ao abrigo de uma lei aplicável a antigos responsáveis eleitos. Apesar de a lei que atribuía estas subvenções vitalícias já não estar em vigor, elas continuam a ser pagas aos ex-políticos que já tinham direito a recebê-las e, desde 2016, a lista dos beneficiários era pública.

A TI-PT reagiu à sonogação dessa informação apontando a ilegalidade da medida e enviou à Caixa Geral de Aposentações e ao Ministério da Segurança Social um pedido, ao abrigo da lei de acesso aos documentos administrativos, para que a lista atualizada nos seja facultada. A Caixa Geral de Aposentações negou o acesso a essa informação, do nosso ponto de vista sem fundamento legal.

Continuaremos a insistir e a atuaremos nas instâncias administrativas e judiciais próprias para que esta informação nos seja disponibilizada, mas, sobretudo, para impedir que as entidades públicas usem o Regulamento Geral de Proteção de Dados como pretexto para sonegar informação pública.

[c\) Rede Nacional de Administração Aberta](#)

Portugal aderiu formalmente à Open Government Partnership em dezembro de 2017, cumprindo uma recomendação que a TI-PT havia feito inicialmente em 2012. A adesão do nosso país a esta rede colaborativa de boas práticas de Governo Aberto e acesso à informação foi um ganho para a causa da transparência pública.

Na sequência dessa adesão, em 2018 aceitámos um convite da Agência para a Modernização Administrativa para sermos membros da Rede Nacional de Administração Aberta, um grupo de trabalho que inclui agências públicas,

representantes do setor privado e da sociedade civil encarregue de estabelecer o I Plano de Ação Nacional de Administração Aberta (2019-2020).

Apresentámos um conjunto de medidas, e algumas foram incluídas no plano adotado por Portugal, nomeadamente para medir o desempenho das instituições públicas no cumprimento da lei de acesso à informação e o reforço da transparência na contratação pública.

d) Presença na comunicação social

Além da publicidade dada nos *media* às atividades e programas da TI-PT, a associação tornou-se uma fonte útil para os jornalistas, de análise e reflexão sobre as questões da corrupção e da transparência pública. Ao longo do ano, mantivemos presença assídua no debate público através do contacto regular com os jornalistas, nos principais órgãos de informação nacional e em vários órgãos de comunicação regional ou local.

Relações institucionais

Ao longo de 2018, foram firmados protocolos de colaboração com as seguintes entidades:

Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores (Treinadores de Portugal), no quadro da implementação do projeto *Anti Match-Fixing Top Training*, e para reforço da investigação, conhecimento e intervenção social no domínio da Transparência, Integridade e Boa Governação na área do Desporto

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), estreitando a relação de proximidade existente desde a fundação da TI-PT e o trabalho conjuntamente desenvolvido, nomeadamente no contexto do ITM: o ICS-ULisboa foi, com o GOVCOPP / UA e a U.Minho, uma das instituições envolvidas na criação do Índice Municipal de Transparência (ITM), lançado em 2013).

Acreditações

Em 2018 renovámos o Estatuto ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento) e, por inerência, também o Estatuto de Utilidade Pública.

O benefício da consignação do IRS relativa ao ano 2018, expresso aquando da entrega das declarações de rendimentos em 2019, continua, infelizmente, pendente, e assim a associação apenas poderá recorrer a esse benefício em 2020 (relativo ao IRS 2019).

A circunstância da declaração de utilidade pública da TI-PT ter ocorrido por via da acreditação ONGD (nos termos da Lei nº 66/98, de 14 de outubro) acabou por se tornar um entrave no enquadramento junto da AT, até porque não constámos automaticamente da lista de organizações declaradas de utilidade pública publicada em Diário da República.

Participação em eventos e encontros internacionais

12 e 13 fevereiro *Golden Visa in Europe – project kick-off meeting*. Berlim, Alemanha

29 a 2 fevereiro *Transparency International Data Training*. Berlim, Alemanha

21 e 22 de março *Whistleblowing in Europe: Legal protections for whistleblowers in the EU*. Berlim, Alemanha

5 e 6 abril 3rd *AMATT International Meeting*. Madrid, Espanha

28 a 30 maio *IP Partners Meeting*. Budapeste, Hungria

7 e 8 junho *Whistleblower Protection in Europe Advocacy Meeting*. Bruxelas, Bélgica

24 a 26 junho *Governing Council – Community of Democracies*. Santiago do Chile

13 setembro *Preventing Fraud and Corruption in the European Structural and Investment Funds*. Bruxelas, Bélgica

24 e 25 setembro *AMLN Workshop*. Berlim, Alemanha

24 e 25 setembro *Corporate Capture in Europe*. Bruxelas, Bélgica

8 e 9 outubro *AMATT Coordination Meeting*, Milão, Itália

20 e 21 de outubro *Annual Membership Meeting - Transparency International*. Copenhaga, Dinamarca

22 a 24 outubro *IACC - International Anti-Corruption Conference*. Copenhaga, Dinamarca

27 novembro *Engaging civil society in protecting EU funds Roundtable*. Bruxelas, Bélgica

28 novembro *Integrity Pact Stakeholder Event - Together towards Clean Contracting: New developments and the road ahead*. Bruxelas, Bélgica



Finanças da Associação

RELATÓRIO E CONTAS 2018

Financiamento

As finanças da associação mantiveram-se estabilizadas durante todo o ano 2018, graças, em particular:

1. à disponibilidade de fundos provenientes do JB Fernandes Memorial Trust, que permitem uma dotação anual de 28.710,31 EUR para cada um dos anos 2017, 2018 e 2019 a título de *core support*, ou seja, gerido sem alocação a rúbricas orçamentais pré-determinadas;
2. ao recebimento da última tranche do projeto *Enhancing Beneficial Ownership Transparency*, executado em 99%, o que garantiu a transferência de 18 230,22 EUR já após a conclusão do projeto (maio 2017);
3. à regularidade do financiamento proveniente de projetos em curso – *Integrity Pacts* e *Anti Match-Fixing Top Training* – que transferem anualmente, e até dezembro de 2019, respetivamente 80.317,48 EUR e 28.546,74 EUR, permitindo a implementação do plano de atividades anual de cada um destes projetos na seguinte proporção: IP/ 100%, AMATT/ 70%;
4. à disponibilidade da tranche inicial do projeto *Whistleblower Protection in Europe*, num total de 28.000 EUR, correspondendo a 80% do total do apoio, a executar até novembro 2019;
5. à execução do projeto *Golden Visas* em 100%, permitindo receber o valor integral do apoio durante o ano 2018, num total de 7 745,58 EUR;
6. à generosidade dos donativos efetuados por associados e apoiantes, em particular aqueles que foram realizados pela Sócia Honorária Ana Gomes, que transferiu para a TI-PT 17.500,00 EUR do valor da sua retribuição enquanto comentadora na SIC Notícias;
7. ao recebimento de 5 000,00 EUR a título de donativos atribuídos por decisão judicial.

Infelizmente, ainda não entram nesta equação positiva os recebimentos provenientes de quotizações, que em 2018 continuaram a traçar uma trajetória descendente (8% do valor potencial), pese embora os 58 novos membros registados em 2018.

Saiu rogada a expectativa de que a introdução do novo sistema de gestão pudesse de algum modo mitigar o défice acentuado no pagamento das quotas através da implementação de mecanismos de cobrança mais ativos, todavia, é facto que um número muito expressivo de associados não se encontra vinculado à exigência do pagamento da sua quota anual, circunstância que deve merecer reflexão suplementar além da meramente financeira.

Da análise sobressai que as finanças da associação se encontram ainda excessivamente dependentes dos valores recebidos para a implementação de projetos restritos no tempo (78%), o que implica um esforço financeiro adicional para assegurar que o total do apoio atribuído é efetivamente recebido, ou seja, para que a execução financeira se concretize integralmente. É necessário avançar verbas próprias, cativadas para efeito, provenientes de financiamento

unrestricted/ core support ou de donativos, o que inibe grandemente a possibilidade de investir esses fundos em atividades estratégicas, porém sem financiamento dedicado.

Igualmente relevante o peso substancial da contribuição vinda de um único doador, no caso concreto, a Comissão Europeia (83% do total recebido para desenvolvimento de projetos).

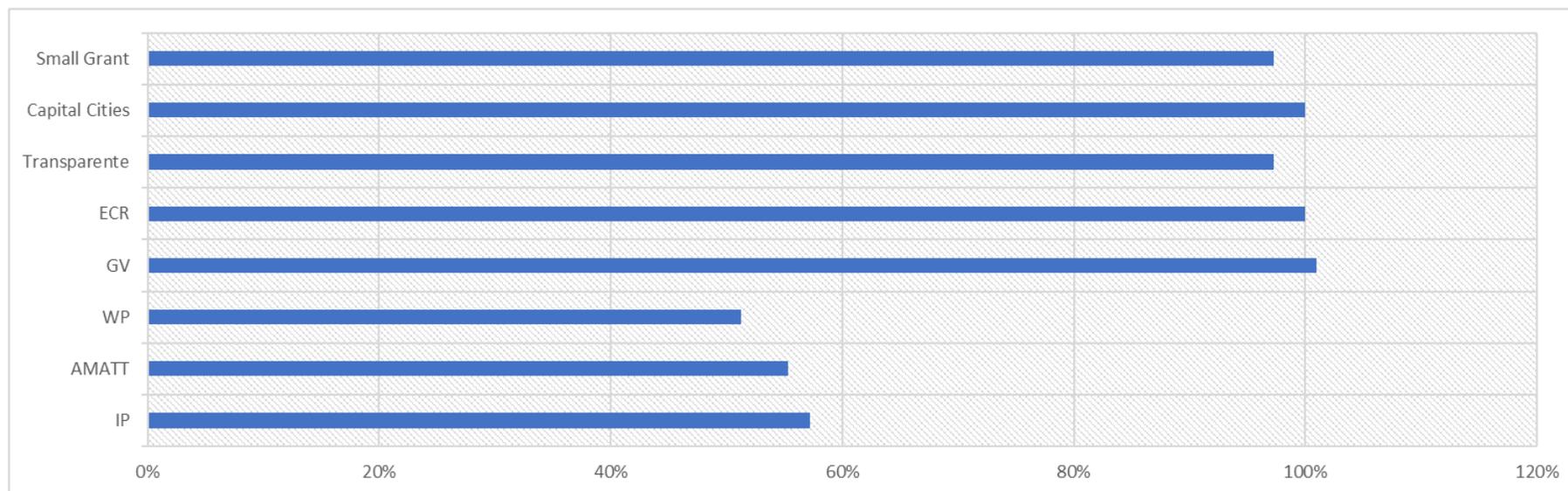
Do mesmo modo, não obstante os projetos financiados disponibilizarem cerca de 7% a 10% do valor executado a título de custos indiretos, isto é, passíveis de serem usados livremente pela TI-PT sem necessidade de serem inscritos em rubricas pré-determinadas, esse valor continua a ser residual para suportar os encargos correntes da associação, nomeadamente a renda do escritório (que também funciona como sede), atualmente fixada em 650,00 EUR mensais.

Esta tipologia de despesas, dada a sua natureza eminentemente corrente e operacional, deveriam ser, muito justamente, suportadas pelas quotizações dos associados, libertando assim fundos que se revelam preciosos para consolidar o trabalho da associação e fazer crescer o seu impacto.

Não havendo tradição de mecenato social em Portugal, e em face do nosso Regime de Financiamentos naturalmente restritivo, é, pois, fundamental, que as contribuições dos associados se tornem, no futuro próximo, mais expressivas.

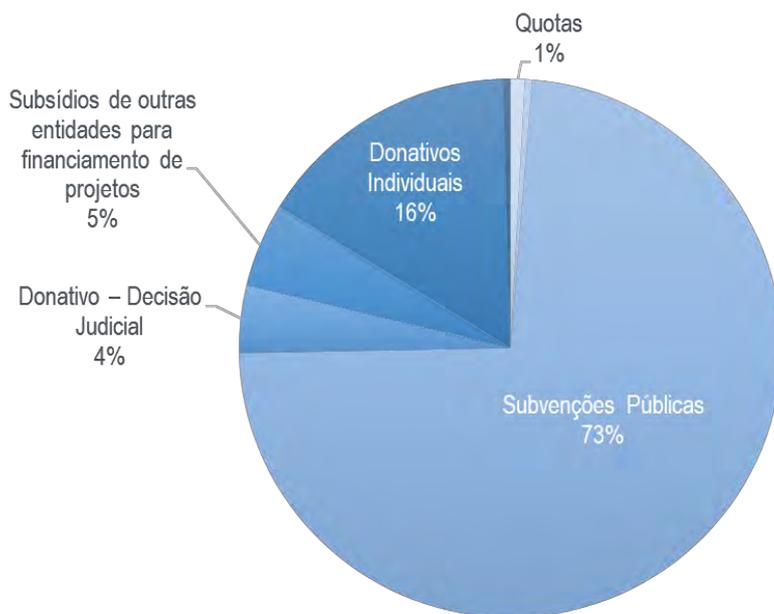
Execução de Projetos 2018

Projeto		Tema	Início	Fim	Doador	Montante apoio
Integrity Pacts II - Civil Control Mechanism for Safeguarding EU Funds	IP	Contratação Pública	2016	2019	Comissão Europeia	301 190,56
Anti Match-Fixing Top Training	AMATT	Match-Fixing	2017	2019	Comissão Europeia	88 250,75
Whistleblowing Protection in Europe + Provedoria TI-PT	WP	Proteção de Denunciantes	2017	2019	Adessium Foundation	35 000,00
Golden Visas	GV	Vistos Gold	2018	2018	US State Department, via TI-S	7 745,58
Export Corruption Report 2018	ECR	Convenção Anti Suborno da OCDE	2018	2018	Siemens Integrity Initiative, via TI-S	400,00
IACD 2018 - Festival Transparente	Transparente	Mobilização Cívica para a causa Anticorrupção	2018	2018	Transparency International - Secretariat + Embaixada do Canadá	3 550,00
European Capital Cities' Transparency Pilot Ranking	Capital Cities	Integridade no Poder Local	2018	2018	Transparency International - Secretariat	100,00
Lusophone Network SDG empowerment and Fundraising from the Public	Small Grant	Networking e Capacitação Institucional	2017	2018	Transparency International - Secretariat	12 663,70



Recebimentos e Receitas 2018

Quotas	1 060,00
Outras Prestações de Serviços	540,00
Subvenções Públicas	90 529,48
Donativo – Decisão Judicial	5 000,00
Subsídios de outras entidades para financiamento de projetos	6 186,40
Donativos Individuais	19 495,00
Donativos Pessoas Coletivas	0,00
Iniciativas de Angariação de Fundos	522,41
	123 333,29



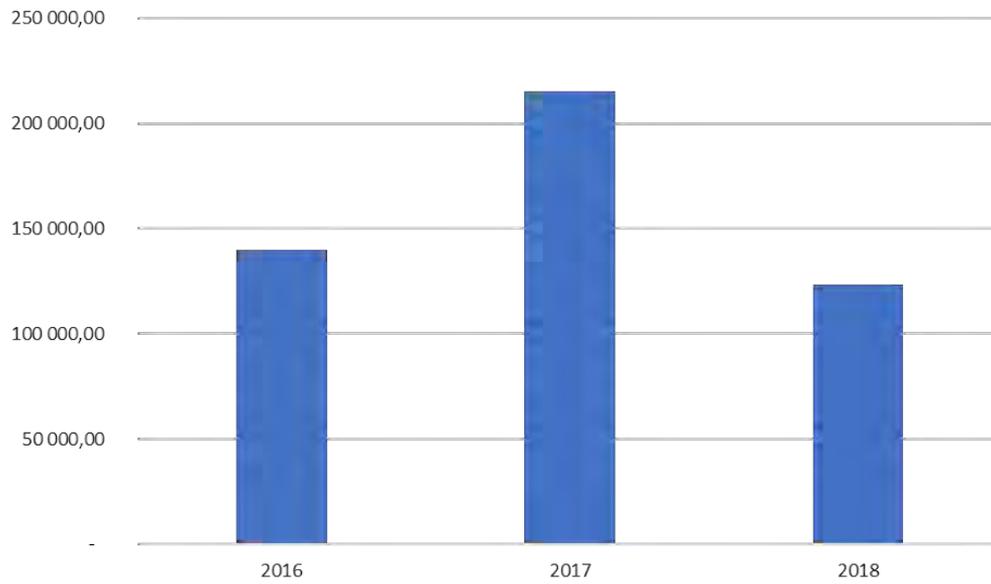
Detalhe das contribuições de Doadores Institucionais:

Comissão Europeia	80 150,76
US State Department	7 745,58
Transparency International - Secretariat	5 114,07
Canadian Fund for Local Initiatives	2 083,14
Open Society Foundation	672,33
Embaixada do Canadá	550,00
Siemens Integrity Initiative	400,00

Quotas e Donativos

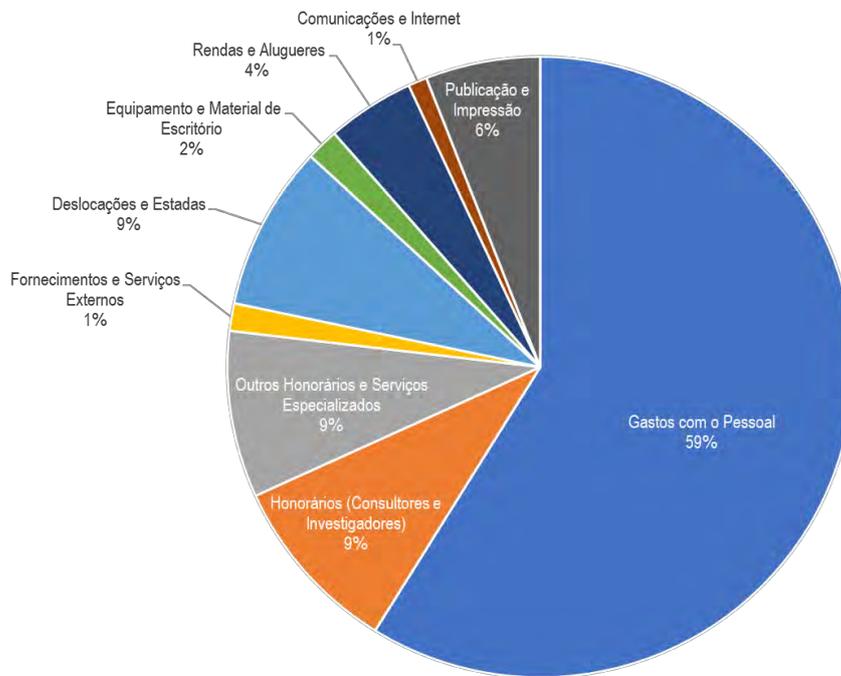


Evolução Recebimentos e Receitas

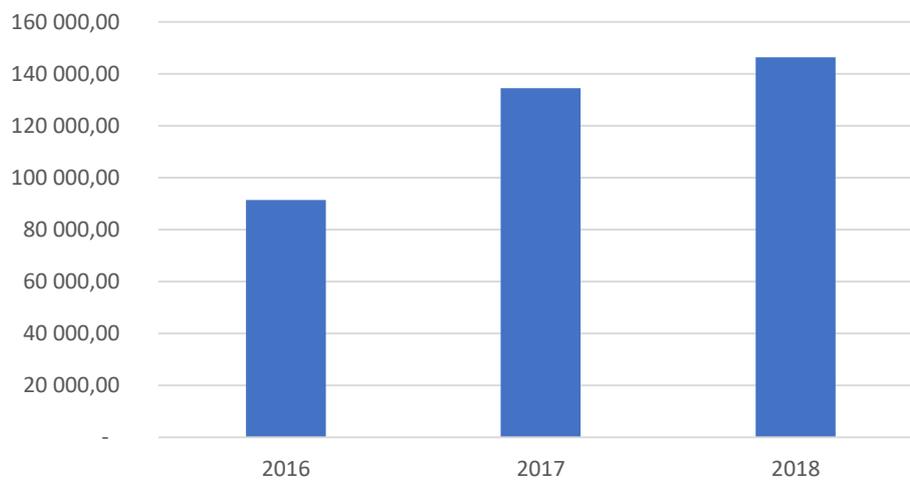


Nº Projetos financiados em implementação 2016	2
Nº Projetos financiados em implementação 2017	6
Nº Projetos financiados em implementação 2018	8

Encargos e Despesas



Evolução da Despesa



TI-Transparência e Integridade Associação Cívica

ANEXO do exercício de 2018

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 — Denominação da Entidade:

TI-Transparência e Integridade Associação Cívica (TI-PT)

NIF: 509569242

1.2 — Lugar da Sede Social:

Rua dos Fanqueiros, 65, 3ªA - 1100-226 Lisboa, Portugal

1.3 — Natureza da atividade:

A transparência e Integridade Associação Cívica (TI-PT), pessoa coletiva de utilidade pública, independente e sem fins lucrativos. Fundada a 17 de Setembro de 2010, tem como missão promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas públicas e privadas, nomeadamente através de realização de relatórios de investigação, projectos, campanhas de comunicação e acções de formação e de sensibilização.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

2.2 — *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 — *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

As demonstrações financeiras do exercício de 2018 são comparáveis as do exercício de 2017.

TI-Transparência e Integridade Associação Cívica

Decorrentes da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, as anteriores normas contabilísticas foram objecto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Não existem Ativos Tangíveis.

Ativos Intangíveis

Não existem Ativos Intangíveis.

Investimentos Financeiros

Não existem investimentos financeiros.

Inventários

Não existem inventários.

Subsídios e donativos

Os subsídios e donativos são provenientes de entidades públicas e privadas.

Rédito

O rédito é mensurado pelo valor das quotas recebidas dos associados e prestação de serviços.

Instrumentos Financeiros

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, , subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 — Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

Não existem Ativos tangíveis.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Não existem Ativos intangíveis.

TI-Transparência e Integridade Associação Cívica

6. INVENTÁRIOS

Não existem inventários.

7. RENDIMENTOS

7.1— *Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos.*

21.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017	Varição
Quotização	1.060,00 €	1.744,00 €	-684,00 €
Prestação de serviços	540,00 €	432,00 €	108,00 €
Subsídios e Donativos	154.894,00 €	138.011,28 €	16.882,72 €
Total	156.494,00 €	140.187,28 €	16.306,72 €

8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

8.1 — *Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.*

Sem movimento.

8.2 — *Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.*

Sem movimento.

9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

9.1 — *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais*

Sem movimento

9.2 — *Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;*

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

9.3 — *Principais doadores/fontes de fundos.*

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- Comissão europeia (protocolos)

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 — Base de mensuração e políticas contábilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

10.2 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;**
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;**
- c) Outros créditos;**
- d) Fundos subscritos e não realizados;**
- e) Diferimentos.**

Não se verificam situações desta natureza

10.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Empréstimos por obrigações;**
- b) Dívidas a instituições de crédito;**
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;**
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;**
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;**
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;**
- g) Outras dívidas;**
- h) Diferimentos.**

10.4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

10.4.1 Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos correntes/pessoal

Sem movimento

10.4.2 Financiamentos obtidos

Sem movimento

10.4.3 Investimentos financeiros

Não se verificam situações desta natureza

10.4.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

TI-Transparência e Integridade Associação Cívica

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Caixa de depósitos bancários		
Activos		
Caixa/fundo maneio	261,93	28,33
Depósitos à ordem	113.778,34	133.413,30
Total	114.040,27	133.441,63

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

11.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de funcionários durante o período foi de 3.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal	70.323,28	63.054,94
Encargos sobre remunerações	15.556,54	15.133,69
Seguros de acidentes de trabalho	838,31	741,84
Total	86.718,13	78.930,47

11.2 — Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

11.3 — Membros dos órgãos de direcção Remunerações dos órgãos de direcção

Os membros dos Órgãos diretivos não são remunerados por tais funções.

12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

12.1 — Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direcção Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

13.1 — Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14 OUTRAS DIVULGAÇÕES

14.1 — Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

14.1.1 – Diferimentos

A conta de diferimentos engloba subsídios a reconhecer como rendimento em 2019 no valor de 89.719,11, registados na conta 28251.

14.1.2 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2018	Situação em 31/12/2017
	Corrente	Corrente
Passivos		
Retenção de impostos s/ rendimento	1.329,03 €	1.002,00 €
Contribuições p/ Segurança Social	1.665,75 €	1.654,29 €
FCT	81,08 €	25,03 €
Total do passivo	3.075,86 €	2.681,32 €

14.1.3 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas da demonstração de resultados Fornecimentos e serviços externos e apresentavam a seguinte decomposição:

		31 de dezembro	
		2018	2017
	GASTOS		
	Fornecimentos e Serviços Externos		
6221	Trabalhos Especializados	9.467,90	7.890,48
6222	Publicidade e Propaganda	8.682,80	6.162,78
6224	Honorários	17.361,00	18.408,33
6227	Serviços Bancários	427,05	409,72
6228	Serviços - Outros	2.096,62	4.532,89
6231	Equipamento	1.053,04	956,11
6233	Material de Escritório	1.406,54	220,78
6251	Deslocações e Estadas	12.571,32	13.306,66
6261	Rendas e Alugueres	6.637,34	3.489,60
6262	Comunicação	550,67	123,61
	Total Fornecimentos e Serviços	60.254,28	55.500,96

O C. Certificado

A Direcção



(Victor Jorge)

TI-TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE CIVICA

Moeda: EUR

Contribuinte: 509569242

Demonstração dos resultados por naturezas em 31-12-2018

(ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	7.1	1.600,00	2.176,00
Subsídios, doações e legados à exploração	7.1	154.894,00	138.011,28
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	14.1.3	-60.254,28	-55.500,96
Gastos com o pessoal	11.1	-86.718,13	-78.930,47
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.521,59	5.755,85
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.521,59	5.755,85
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		9.521,59	5.755,85
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		9.521,59	5.755,85

A Direção

O Contabilista Certificado

TI-TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE CIVICA

Contribuinte: 509569242

Moeda: EUR

BALANÇO em 31-12-2018 (ESNL)

Rubricas	Notas	2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Activo corrente			
Caixa e depósitos bancários	10.4.4	114.055,35	133.441,63
Subtotal		114.055,35	133.441,63
Total do ativo		114.055,35	133.441,63
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		11.738,79	5.982,94
Subtotal		11.738,79	5.982,94
Resultado líquido do período		9.521,59	5.755,85
Total do capital próprio		21.260,38	11.738,79
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes publicos	14.1.2	3.075,86	2.681,32
Diferimentos	14.1.1	89.719,11	119.021,52
Subtotal		92.794,97	121.702,84
Total do Passivo		92.794,97	121.702,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		114.055,35	133.441,63

A Direção

O Contabilista Certificado

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2018

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2018

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	39.524,00	39.104,97	419,03	0,00
112	Caixa Fundo Maneyio	39.524,00	39.104,97	419,03	0,00
	Soma Líquida	39.524,00	39.104,97	419,03	0,00
			Soma Saldos	419,03	0,00
12	Depósitos à ordem	365.744,37	252.108,05	113.636,32	0,00
1201	Banco Santander Totta	365.744,37	252.108,05	113.636,32	0,00
	Soma Líquida	365.744,37	252.108,05	113.636,32	0,00
			Soma Saldos	113.636,32	0,00
23	Pessoal	48.748,52	48.748,52	0,00	0,00
231	Remunerações a pagar	48.748,52	48.748,52	0,00	0,00
2312	Ao pessoal	48.748,52	48.748,52	0,00	0,00
	Soma Líquida	48.748,52	48.748,52	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	35.939,17	39.015,03	0,00	3.075,86
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	13.420,50	14.749,53	0,00	1.329,03
2421	Rir-trabalho dependente	13.358,00	14.391,00	0,00	1.033,00
24211	Irs Dependente	13.358,00	14.391,00	0,00	1.033,00
2422	Rir-rendimentos profissionais	62,50	358,53	0,00	296,03
24221	Rir-rp-suj.pas.do continente	62,50	358,53	0,00	296,03
245	Contribuições para a Segurança Social	22.518,67	24.265,50	0,00	1.746,83
2452	Segurança Social	22.009,21	23.674,96	0,00	1.665,75
2454	Fundos de Compensação	509,46	590,54	0,00	81,08
	Soma Líquida	35.939,17	39.015,03	0,00	3.075,86
			Soma Saldos	0,00	3.075,86
26	Fundadores/Patroc./Doadores/Associado/Mem	26.581,37	26.581,37	0,00	0,00
264	Quotas	26.581,37	26.581,37	0,00	0,00
26402	Recebimentos Quotas/Donativos	26.581,37	26.581,37	0,00	0,00
	Soma Líquida	26.581,37	26.581,37	0,00	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	206.290,76	206.290,76	0,00	0,00
278	Outros devedores e credores	206.290,76	206.290,76	0,00	0,00
2782	Credores diversos	206.290,76	206.290,76	0,00	0,00
27822	Subsidios Recebidos ou a Receber	206.290,76	206.290,76	0,00	0,00
2782201	Transparency Internacional	44.366,88	44.366,88	0,00	0,00
2782204	Comissão Europeia	161.923,88	161.923,88	0,00	0,00
	Soma Líquida	206.290,76	206.290,76	0,00	0,00
28	Diferimentos	30.000,00	119.719,11	0,00	89.719,11
282	Rendimentos a reconhecer	30.000,00	119.719,11	0,00	89.719,11
2825	Rendimentos a reconhecer-Donativos e Quotas	30.000,00	119.719,11	0,00	89.719,11
28251	Subsidios a reconhecer	30.000,00	119.719,11	0,00	89.719,11
	Soma Líquida	30.000,00	119.719,11	0,00	89.719,11
			Soma Saldos	0,00	89.719,11
51	Fundos	0,00	11.738,79	0,00	11.738,79
511	Fundos	0,00	11.738,79	0,00	11.738,79
	Soma Líquida	0,00	11.738,79	0,00	11.738,79
			Soma Saldos	0,00	11.738,79
62	Fornecimentos e serviços externos	60.254,28	0,00	60.254,28	0,00
622	Serviços especializados	38.035,37	0,00	38.035,37	0,00
6221	Trabalhos especializados	9.467,90	0,00	9.467,90	0,00
62211	Servidor e Alojamento Web	877,08	0,00	877,08	0,00
62213	Outros Serviços Especializados NE	8.590,82	0,00	8.590,82	0,00
6222	Publicação e Impressão	8.682,80	0,00	8.682,80	0,00
6224	Honorários	17.361,00	0,00	17.361,00	0,00
62241	Honorários Projetos	13.685,00	0,00	13.685,00	0,00

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2018

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2018

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
62242	Outros Honorários	3.676,00	0,00	3.676,00	0,00
6227	Serviços bancários	427,05	0,00	427,05	0,00
62271	Serviços bancários	427,05	0,00	427,05	0,00
6228	Outros	2.096,62	0,00	2.096,62	0,00
62281	Outros Fornecimentos e Serviços	1.924,59	0,00	1.924,59	0,00
62282	Outros Fornecimentos NE	172,03	0,00	172,03	0,00
623	Materiais	2.459,58	0,00	2.459,58	0,00
6231	Equipamento	1.053,04	0,00	1.053,04	0,00
6233	Material de Escritório	1.406,54	0,00	1.406,54	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	12.571,32	0,00	12.571,32	0,00
6251	Deslocações e estadas	12.571,32	0,00	12.571,32	0,00
62511	Deslocações e Estadas	5.912,25	0,00	5.912,25	0,00
62512	Dormidas	6.659,07	0,00	6.659,07	0,00
626	Serviços diversos	7.188,01	0,00	7.188,01	0,00
6261	Rendas e alugueres	6.637,34	0,00	6.637,34	0,00
62611	Rendas de Sede	6.537,50	0,00	6.537,50	0,00
62612	Outras Despesas de Arrendamento	99,84	0,00	99,84	0,00
6262	Comunicação	550,67	0,00	550,67	0,00
62621	Comunicação-despesas postais	173,49	0,00	173,49	0,00
62623	Internet	377,18	0,00	377,18	0,00
Soma Líquida		60.254,28	0,00	60.254,28	0,00
			Soma Saldos	60.254,28	0,00
63	Gastos com o pessoal	86.718,13	0,00	86.718,13	0,00
632	Remunerações do pessoal	70.323,28	0,00	70.323,28	0,00
6321	Remunerações de Pessoal-Projectos	69.923,28	0,00	69.923,28	0,00
63211	Remunerações - Vencimento	56.553,91	0,00	56.553,91	0,00
63212	Remunerações - S. de Férias	4.654,09	0,00	4.654,09	0,00
63213	Remunerações - S. Natal	4.890,08	0,00	4.890,08	0,00
63214	Remunerações - Subsídio Refeição	3.069,08	0,00	3.069,08	0,00
63215	Subsídio de Transporte	214,45	0,00	214,45	0,00
63216	Remunerações Fim de Contrato	541,67	0,00	541,67	0,00
6322	Remunerações -Bolsa	400,00	0,00	400,00	0,00
63221	Remunerações-Bolsa	400,00	0,00	400,00	0,00
635	Encargos sobre remunerações	15.556,54	0,00	15.556,54	0,00
6352	Enc. s/rem.-pessoal	15.556,54	0,00	15.556,54	0,00
63521	Segurança Social	14.991,00	0,00	14.991,00	0,00
635211	Encargos Pessoal Projectos	14.991,00	0,00	14.991,00	0,00
63522	Fundos de Compensação	565,54	0,00	565,54	0,00
635221	Encargos Projectos	565,54	0,00	565,54	0,00
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças pro	838,31	0,00	838,31	0,00
6362	Seg.Ac.Trabalho	838,31	0,00	838,31	0,00
Soma Líquida		86.718,13	0,00	86.718,13	0,00
			Soma Saldos	86.718,13	0,00
72	Prestações de serviços	0,00	1.600,00	0,00	1.600,00
721	Quotizações	0,00	1.060,00	0,00	1.060,00
724	Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	540,00	0,00	540,00
Soma Líquida		0,00	1.600,00	0,00	1.600,00
			Soma Saldos	0,00	1.600,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	154.894,00	0,00	154.894,00
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	0,00	90.529,48	0,00	90.529,48
75103	Comissão Europeia	0,00	80.150,76	0,00	80.150,76
75104	Outras Entidades Publicas	0,00	10.378,72	0,00	10.378,72
752	Subsídios de outras entidades	0,00	39.347,11	0,00	39.347,11
75201	Transparency International	0,00	2.514,07	0,00	2.514,07
75203	Outras Entidades-Financiamentos Projectos	0,00	36.833,04	0,00	36.833,04
753	Doações e heranças	0,00	25.017,41	0,00	25.017,41

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2018

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2018

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
7531	Donativos individuais	0,00	19.495,00	0,00	19.495,00
7532	Decisão Judicial	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
7533	Angariação de Fundos	0,00	522,41	0,00	522,41
	Soma Líquida	0,00	154.894,00	0,00	154.894,00
			Soma Saldos	0,00	154.894,00
81	Resultado líquido do período	5.755,85	5.755,85	0,00	0,00
818	Resultado líquido	5.755,85	5.755,85	0,00	0,00
	Soma Líquida	5.755,85	5.755,85	0,00	0,00
	Soma Líquida	905.556,45	905.556,45	261.027,76	261.027,76
			Soma Saldos	261.027,76	261.027,76

DECLARAÇÃO

Victor Manuel Gameiro Jorge, contribuinte fiscal n.º **130 446 904**, inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados com o n.º **39095**, declara, que a entidade **TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE ASSOCIAÇÃO CIVÍCA NIPC n.º 509 569 242**, tem a sua contabilidade organizada segundo o Sistema de Normalização Contabilística aplicável e exigível e atesta a regularidade das operações contabilísticas e a relevância dos custos na contabilidade, à presente data.

Lisboa, 30 de Abril de 2019

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Victor Jorge', with a large, sweeping flourish at the end.

(Victor Jorge)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as competências que lhe estão atribuídas pelo art.º 22º dos Estatutos da Transparência e Integridade, Associação Cívica (TI Portugal), vem o Conselho Fiscal, nos termos do estabelecido no n.º 4 do art.º 31 dos referidos Estatutos, emitir o seu parecer relativo aos documentos de prestação de contas do ano de 2018, designadamente, Balancete do razão (analítico), Demonstração dos Resultados por Naturezas, Balanço, Anexo às demais demonstrações financeiras, e Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal assinala o crescimento em geral dos projetos da Associação, cujo número quadruplicou nos últimos dois anos (de 2 projetos em 2016 para 8 projetos em 2018). Os subsídios que financiaram esses projetos, mais do que compensaram os gastos adicionais, permitindo um reforço dos fundos patrimoniais. No mesmo sentido se assinala o crescimento do montante em donativos. Estes indicadores revelam empenho de todos os dirigentes e colaboradores no sentido da prossecução dos fins estatutários da Associação e da sensibilização da sociedade civil para as suas atividades, ao mesmo tempo que procuram eficiência nos processos de trabalho, a fim de assegurar a sustentabilidade financeira da TI Portugal.

O Conselho Fiscal, ao fiscalizar e garantir o controlo de todo e qualquer ato de administração praticado pela Direção da Associação, expressa, assim, o seu reconhecimento à mesma.

Considerando que:

1. O Relatório de Gestão e as Contas, estas consubstanciadas nas diferentes demonstrações financeiras apreciadas, estão devidamente estruturados e apresentam valores que refletem adequadamente o desempenho e a situação económica e financeira da Associação;
2. A gestão económico-financeira da Associação foi devidamente assegurada, pelo cumprimento das disposições legais aplicáveis; e
3. O Relatório de Gestão e as Contas de 2018 foram elaboradas de forma consistente, e de acordo com o normativo aplicável, designadamente a NCRF-ESNL do SNC;

O Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

Que sejam aprovados os Relatório de Gestão e as Contas propostos pela Direção, referentes ao exercício findo em 2018.

Finalmente, o Conselho Fiscal tomou conhecimento do processo em curso para a aquisição de um sistema de ERP, congratulando-se com tal facto, por entender que indubitavelmente contribuirá significativamente para melhorar a gestão dos projetos e da Associação em geral.

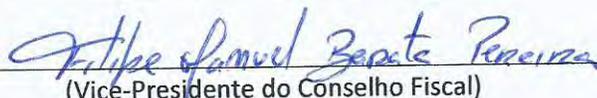
Lisboa, 30 de abril de 2019

Susana Margarida Faustino Jorge

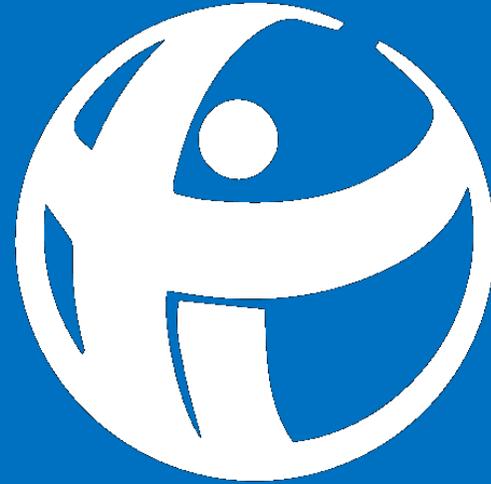


(Presidente do Conselho Fiscal)

Filipe Manuel Barata Pereira



(Vice-Presidente do Conselho Fiscal)



Relatório de comunicação

Jan 2018 – Dez 2018



Introdução

O presente relatório analisa a comunicação da **Transparência e Integridade (TI-PT)**, através da presença e citações nos *media*, das redes sociais, website e newsletter.

O período em análise corresponde ao ano de 2018, se bem que, para uma análise comparativa, se introduzam dados anteriores ou posteriores a esse período.

A TI-PT nas redes sociais

A TI-PT está presente em três redes sociais: Facebook, Twitter e Instagram. O **Facebook** é, de longe, a mais importante das redes para a TI-PT porque tem neste momento 45255 seguidores, em comparação com os 1202 do **Twitter** e os 281 do **Instagram**.



Facebook

Total de seguidores: **45255** pessoas

Total de seguidores em Abril de 2018: 42691

+ 2564 seguidores no último ano

Média de **214 novos seguidores por mês**



Facebook

Caracterização dos seguidores da TI-PT

- **Sexo: Masculino: 60%; Feminino: 40%**
- **A maior parte dos seguidores (51%), homens e mulheres, tem entre 35 e 54 anos.**
- **O seguidores mais engajados (através de likes ou partilhas) pertencem à faixa etária 45-54 anos.**

Top 5 de posts

 **Transparência e Integridade - TI-PT** Publicado por Transparência e Integridade [?] · 9 de março de 2018 · 🌐

Uma #PPP portuguesa: o contrato de concessão não só obriga o contribuinte a pagar a manutenção estrutural da Ponte 25 de Abril (cujas portagens revertem para a Lusoponte), como ainda autoriza a concessionária a reclamar dinheiro ao Estado se a má conservação fizer cair o tráfego.

Joaquim Ferreira do Amaral, o ministro que tirou a ponte aos portugueses para entregá-la aos privados sem encargos de manutenção, é hoje o presidente da Lusoponte. O contrato que devia envergonhá-lo como ministro deve orgulhá-lo como negociante.



410279 pessoas alc.
8037 gostos
3173 partilhas

 **Transparência e Integridade - TI-PT** Publicado por Buffer [?] · 30 de março de 2018 · 🌐

Para a Celtejo, que polui, uma repreensão escrita. Para o cidadão corajoso Arlindo Marques, que denunciou a poluição, um pedido de indemnização de 250 mil euros. Quando a pena não é proporcional ao dano causado, quando se pune quem denuncia e não quem prevarica, o crime compensa.



SICNOTÍCIAS.SAPO.PT

Multa à Celtejo por poluição substituída por uma repreensão escrita ✓

131887 pessoas alc.
846 gostos
1034 partilhas

 **Transparência e Integridade - TI-PT** Publicado por Tiago Guerreiro [?] · 21 de agosto de 2018 · 🌐

Por que razão não se publica a lista de subvenções vitalícias de ex-políticos atualizada?

Não há obrigação que deve estar acima das obrigações de transparência do Estado. E este não deve deixar de prestar contas do dinheiro que gasta de todos os cidadãos.

Na lista de subvenções vitalícias divulgada em 2016, encontramos nomes como José Sócrates, Duarte Lima e Armando Vara. Ora vejam:

<https://tinyurl.com/yb9b4ztp> ✓

SUBVENÇÕES VITALÍCIAS

O QUE SÃO?

CRIADAS EM 1985 PELO BLOCO CENTRAL, QUANDO MÁRIO SOARES (PS) ERA PRIMEIRO-MINISTRO E CARLOS MOTA PINTO (PSD) VICE-PRIMEIRO-MINISTRO, TINHA COMO OBJETIVO COMPENSAR OS ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO PRESTADOS PELOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS. EM 2005, O GOVERNO DE JOSÉ SÓCRATES (PS) ABOLIU AS SUBVENÇÕES VITALÍCIAS, ARGUMENTANDO QUE ERAM "PRIVILÉGIOS INJUSTIFICADOS".

PARA QUEM SÃO?

DEPUTADOS, MEMBROS DO GOVERNO E JUÍZES DO T.C. QUE NÃO SEJAM MAGISTRADOS DE CARREIRA DESDE QUE TENHAM EXERCIDO OS CARGOS OU DESEMPENHADO FUNÇÕES APÓS 25/04/1974, OITO OU MAIS ANOS CONSECUTIVOS OU INTERPOLADOS. ISTO É, TITULARES QUE TRABALHASSEM OITO OU 12 ANOS PARA TEREM DIREITO À SUBVENÇÃO.

PORQUÊ DIVULGAR A LISTA?

94875 pessoas alc.
374 gostos
908 partilhas

Top 5 de posts

 **Transparência e Integridade - TI-PT**
Publicado por Tiago Guerreiro [?] · 2 de agosto de 2018 · 🌐

As #PPP rodoviárias continuam a custar-nos caro. Pagamos cerca de 4 milhões de euros por dia por estes contratos. Até 2039, vamos pagar 18 mil milhões de euros, de acordo com dados do Orçamento de Estado. Vejam aqui alguns números sobre as PPP rodoviárias. 🚗

Conheçam também, e assinem, a Iniciativa Legislativa que visa extinguir estas parcerias ruinosas - e potencialmente criminosas:
<https://participacao.parlamento.pt/initiatives/244> ✓

**SABES QUANTO ESTÃO
A CUSTAR AS PPP RODOVIÁRIAS?** 🚗

4M€ POR DIA

ESTAMOS A PAGAR 4.104.109,59€ POR DIA, EM 2018, PELAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS RODOVIÁRIAS. DE 1 DE JANEIRO ATÉ 1 DE AGOSTO JÁ PAGAMOS 870.071.232,88€ AOS CONCESSIONÁRIOS DAS ESTRADAS.

1500M€ ATÉ FINAL DO ANO

AS PPP RODOVIÁRIAS CONSTITUEM ATUALMENTE UM DOS MAIORES PROBLEMAS DO PAÍS, VISTO QUE O PAGAMENTO DAS RENDAS DESTAS ESTRUTURAS TEM VINDO A DEPAUPERAR AS CONTAS PÚBLICAS.

👍👍👍👍👍👍

82960 pessoas alca.
221 gostos
1020 partilhas

 **Transparência e Integridade - TI-PT**
Publicado por Tiago Guerreiro [?] · 4 de dezembro de 2018 · 🌐

As presenças fantasma no Parlamento (como as viagens fantasma ou as moradas fantasma) não se resolvem só com reforço de controlos. O Parlamento precisa de estabelecer normas de conduta ética e levá-las a sério, punindo e censurando quem não cumpre. E precisa de ser muito mais transparente na prestação de contas aos cidadãos. Enquanto os eleitos não levarem a sério a integridade dos cargos, não merecem a confiança dos eleitores.



SABADO.PT

E se os deputados marcassem presença com impressão digital? ✓

37261 pessoas alcançadas
537 gostos
329 partilhas



Facebook

Caracterização dos posts mais vistos

- Os 5 posts mais vistos e partilhados de 2018 têm em comum a partilha de uma notícia (3) ou a partilha de uma imagem com infografia (2). Os posts com infografias têm a vantagem de gerar também muitas partilhas com conteúdos próprios e assim fazer chegar a nossa mensagem a mais utilizadores (ao contrário de notícias, que apesar de gerarem muitas partilhas, remetem o utilizador para a página do órgão de comunicação social).



Twitter

Total de seguidores: **1202**

Novos seguidores desde Jan de 2018: **171**



Instagram

Total de seguidores: **281**

Total de seguidores em Agosto de 2018: **70**



No Instagram, quadruplicámos o número de seguidores em menos de um ano, devido à publicação de mais posts e ao uso de hashtags.

Website

www.transparencia.pt

Média de visitantes mensal: 1531 visitantes

Média de visitantes diária: 45 visitantes

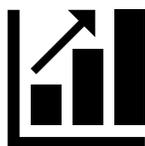


Desde Setembro de 2018, o website tem tido uma média de mais de 1000 utilizadores por mês (1000-1500), a qual se tem mantido. São dados positivos e representa uma evolução, tendo em conta que a média nos meses precedentes era inferior (cerca de 800).

Newsletters

Transparência em Notícia: 853 associados + 255 subscritores

Transparência em Ação: 853 associados



É o canal de comunicação que mais alterações tem sofrido. Se até junho de 2018 as taxas de abertura das newsletters rondavam os **20-30%**, entre julho e agosto, com a implementação do ODOO, essa taxa subiu para os **30-45%**. Foram resultados excelentes, porque a taxa média de abertura de newsletters ronda os 20%.



A partir de setembro de 2018 e até ao presente, com o regresso forçado ao Vertical Response, as taxas de abertura do email voltaram a baixar **para valores abaixo dos 20%**.

A TI-PT na Imprensa

Nº total de citações/presenças em **2018: 214**

Top

Not So Golden Visa Kit/European gateway – 23
CPI 2017 – 11

Nº total de citações/presenças em **2019: 40**

Top

CPI 2018 - 16

Nota: Estes valores são contabilizados a partir de presenças digitais.
Quando a notícia sai no papel/rádio/tv, só raramente podemos contabiliza-los.

**A assiduidade da TI-PT na imprensa,
com uma presença quase semanal,
é um factor extremamente positivo.**



Conclusões

- O nosso **website** e o nosso **instagram** são os meios que mais evoluíram no último ano. Desde Setembro de 2018, o **website** tem uma média de utilizadores superior a 1000 por mês, a qual se tem mantido. Já o **Instagram**, passou de 70 seguidores, em Junho de 2018, para os atuais 281 seguidores.
- O **Facebook** continua a ser, de muito longe, o meio com maior capacidade de *outreach*, tendo um total de 45255 seguidores e publicações com um alcance até 410279 pessoas. A partilha de notícias e de imagens com infografia são publicações particularmente.
- Uma forte presença na **imprensa** é um factor muito positivo.
- As newsletters sofreram uma queda no nº de aberturas decepcionante.



JUNTOS NA LUTA ANTICORRUPÇÃO
Working together against corruption

TRANSPARENCIA.PT